UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Departamento de Economia

Desigualdade Social no Brasil: As Principais Mudanças nos Governos Lula.

Aluno: Elaine Simião da Silva
Orientador: Profº Dr. Adílson Marques Gennari
Examinador: Profº Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

ARARAQUARA – SP

ANO 2015

Elaine Simião da Silva

Desigualdade Social no Brasil: As Principais Mudanças nos Governos Lula.

Monografia apresentada como exigência parcial para a conclusão do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", sob a orientação do Prof. Dr. Adílson Marques Gennari.

ARARAQUARA – SP

ANO 2015

Resumo

Esta monografia tem enfoque nas políticas sociais implantadas pelo Governo Federal durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva. O objetivo principal deste trabalho é analisar as principais mudanças nos indicadores de desigualdade social no período de 2003 – 2010. No primeiro capítulo, são apresentadas algumas ideias do significado de pobreza e do seu histórico no Brasil. O segundo capítulo é dedicado ao Programa de Transferência de Renda mais importante da história do país, o programa Bolsa Família e por último, no capítulo 3, é destacado como ações no mercado de trabalho também contribuíram para melhorar os indicadores sociais do Brasil e tirar milhões de pessoas da pobreza e extrema pobreza, como o aumento do nível de geração de empregos formais e o aumento real no salário mínimo.

PALAVRAS – CHAVE: Desigualdade social, Pobreza, Lula, Bolsa Família

Abstract

This monograph will focus on the social policies implemented by the Federal Government during the government of Luis Inácio Lula da Silva. The aim of this study is to analyze the main changes in social inequality indicators in the period 2003 - 2010. In the first chapter, we present some ideas of poverty meaning and its history in Brazil. The second chapter is dedicated to the most important cash transfer program in the history of the country, the Bolsa Familia program, and finally, in Chapter 3, is highlighted as stocks in the labor market also contributed to improve social indicators in Brazil and lift millions out of poverty and extreme poverty, such as increasing the level of formal job creation and the real increase in the minimum wage.

KEY WORDS: social inequality, poverty, Lula, Bolsa Família

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as oportunidades e vitórias alcançadas, principalmente pela conclusão deste trabalho que é a realização de um sonho e de uma etapa muito importante na minha vida.

Aos meus pais pelas orações e a toda minha família, em especial ao meu avô Francisco *(in memorian),* pelo carinho e orgulho que sempre teve por mim.

Agradeço ao Douglas, por toda paciência e por torcer por mim em todos os momentos.

Agradeço à amiga Isabela por todo apoio e incentivo de sempre, por me encorajar a não desistir. Obrigada por tudo!

À todos os professores do departamento de economia que contribuíram para minha formação acadêmica, em especial ao meu orientador, o Prof. Dr. Adílson por todas instruções durante este trabalho.

SUMÁRIO

Introdução 8

Capítulo 1: A Pobreza no Brasil 10

1.1– Os conceitos de pobreza 10

1.2.1 Distribuição de Renda no Brasil em Comparação com o Resto do Mundo 18

Capítulo 2: O Governo Lula 22

2.1 As Políticas Sociais do Governo Lula 22

2.2 As Políticas de Transferência de Renda 25

2.2.1: O Programa Bolsa Família 30

2.2.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC) 38

Capítulo 3: O Mercado de Trabalho 41

3.1 Queda na Taxa de Desemprego 41

3.2. Nível de Emprego Formal 46

3.3. Política de Valorização do salário Mínimo 49

Considerações finais: 50

Referências Bibliográficas: 52

Sumário de Gráficos, Tabelas, Quadros e Mapas

Tabelas

Tabela 1.1 – Evolução temporal da digilência e da pobreza no Brasil 14

1977 – 1999. 14

Tabela 1.2: Classificação dos países por Índice de Gini 19

Tabela1. 3: Ranking do IDH: países Selecionados, 2002. 20

Tabela 1.4: Classificação dos Estados, Brasil IDH – 2000..... 21

Tabela 2.1: Percentagem das famílias mais pobres, por região (2001): 28

Tabela 2.2: Recursos do estado Brasileiro investidos no Fome Zero em 2003 – 2006 e número de beneficiários (1):..... 30

Tabela 2.3 Número de concluintes do ensino fundamental regular na rede pública de ensino, por idade – Brasil e regiões (2012):..... 33

Tabela 2.4. Comparação das taxas de abandono escolar entre os alunos do PBF e demais alunos do ensino médio da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). 34

Tabela 2.5: Programa Bolsa Família em Números..... 35

Tabela 2.6: Benefício de Prestação Continuada (2004 a 2010)..... 38

Tabela 3.1: Taxas de desemprego total, segundo faixa etária – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999 – 2009 (em %)..... 43

Tabela 3.2: Distribuição dos ocupados classificados por sexo, faixa etária e anos de estudos Brasil e Grandes regiões – 2009 (em %) 44

Tabela 3.3: Distribuição dos ocupados por posição na ocupação – Brasil e

Tabela 3.4: Distribuição dos ocupados por setor de atividade – Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)..... 48

Gráficos, Quadros e Mapa

Gráfico

Gráfico 1.1: Índice de Gini (Brasil, 1981 – 2009)..... 16

Gráfico 1.2: Crescimento real do PIB, Brasil 1994 – 1998, em % 18

Gráfico 2.1: Evolução das taxas de pobreza e extrema pobreza entre 1995 e 2009: 25

Gráfico 3.1: Taxa de desemprego aberto (%): Brasil, 2003 - 2010 42

Gráfico 3.2: Geração Líquida de Empregos (milhares de postos de trabalho): Brasil 2003 - 2010 43

Gráfico 3.3: Participação dos empregos formais e ocupações informais na população ocupada (em %)..... 46

Gráfico 3.4: Evolução do Salário Mínimo Real (R$): Brasil, 2003 – 2010. 49

Quadros

Quadro 1: Característica da Concepção de Pobreza: 12

Quadro 2: Programas de Transferências de Renda no Brasil (2001 – 2004)... 26

Quadro 3: Esquemas das propostas do Projeto Fome Zero: 29

Mapa

Mapa 1: Famílias beneficiadas pelo PBF entre o total de domicílios apurados pelo Censo 2010 (em % do total de domicílios). 37

Introdução

O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres (Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 1). Essa situação de pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda e é uma questão antiga, herdada de um passado colonial e de produção agrícola com mão de obra escrava e está naturalizada na sociedade brasileira intrinsecamente.

De acordo com a Constituição de 1988, em seu 3º Artigo, diz que: "*Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I) constituir uma sociedade livre, justa e solidária; II) garantir o desenvolvimento nacional; III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades regionais; IV) e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*."

A Constituição é clara e garante um sistema de proteção social em uma sociedade justa a todos os cidadãos sem extinção.

Durante o governo Lula, a política macroeconômica do governo antecessor, fundada no que chamam de tripé macroeconômico - política de metas de inflação, regime cambial com taxas flutuantes e metas de superávit primário - foi mantida. Lula firmou um compromisso em continuar com o combate à inflação e também em diminuir a pobreza e extrema pobreza do país, construindo um Brasil de todos. Conforme destacado na carta intitulada "Carta ao povo Brasileiro":

> "Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos". (Lula, 2002 pag 02)

Iremos analisar quais foram as principais ações do governo neste sentido e os impactos nos indicadores que mensuram a pobreza e desigualdade de renda no Brasil.

No primeiro capítulo são apresentados alguns conceitos sobre a ampla definição de pobreza e um breve relato sobre o histórico de desigualdade no Brasil desde os tempos de colonização. O Brasil há muito tempo enfrenta problemas com a distribuição de renda, sendo considerado um dos países mais desiguais do mundo.

Em seguida, no capítulo 2, a ênfase é no governo de Luís Inácio Lula da Silva e seu compromisso com a erradicação da pobreza no Brasil. No período de seu governo, o Brasil melhorou seus índices que medem a pobreza e extrema pobreza no país através de políticas de transferências de renda, sendo a principal, o Programa Bolsa Família e também através de políticas de valorização do salário mínimo e aumento da geração de empregos, que são tratados no capítulo 3.

Com isso, a conclusão é que a redução na desigualdade de renda teve contribuição de todas as políticas desenvolvidas no Governo Lula, como os programas de transferência de renda, benefícios da previdência social e aumento real do salário mínimo, mas que mesmo assim não é suficiente para erradicar toda pobreza e extrema pobreza do país e, essa desigualdade continua ainda muito ampla, pois para as políticas sociais serem mais eficientes, devem ser vinculadas à políticas macroeconômicas que garantam crescimento econômico sustentado, geração de emprego e redistribuição de renda altamente concentrada no Brasil.

Capítulo 1

A Pobreza no Brasil

Este capítulo inicia-se destacando alguns conceitos e definições de pobreza e em seguida o histórico de desigualdade no Brasil e sua dimensão.

1.1– Os conceitos de pobreza

O conceito de pobreza é amplo e muito complexo, pois abrange não só a esfera econômica, mas também a social e cultural, como também, pois é considerado um fenômeno multidimensional.

O primeiro autor a apresentar um estudo analisando a pobreza, foi o economista britânico Joseph Rowntree, que em 1901 publicou seu estudo "Poverty: A Study of Town Life", baseado no conceito de necessidades básicas e distinguiu as famílias que viviam em situação de pobreza primária e secundária, ou seja, as que não tinham condições de satisfazer suas necessidades básicas e as que tinham renda suficiente, mas gastavam com outras coisas, respectivamente.

A partir daí, o conceito de pobreza evoluiu ao longo do tempo.

Mencher, em 1967, define pobreza como:

> "O conceito de pobreza deve ser separado de sua dependência de padrões de subsistência mínimas para classes mais baixas, sejam eles absolutos ou relativos, generosos ou avaros. Para isto, deve ser substituído por uma medida do nível mínimo que a sociedade pode tolerar em vista de seus objetivos nacionais. Mesmo onde uma renda mínima pode ser considerada suficiente pelos seus detentores imediatos, ela pode ser altamente inadequada na forma em que afeta o bem estar econômico e social da nação como um todo. (Mencher 1972, p.83)"

Peter Towsend[1] defende o conceito de pobreza relativa:

> A pobreza é um conceito relativo. Dizer quem está em situação de pobreza é uma afirmação relativa – como se dizer quem é baixo ou pesado. (...) O fato de que a pobreza é essencialmente um conceito relativo e que essencialmente se refere a um conjunto de condições e não simplesmente à condição financeira tem sido aceito publicamente ou implicitamente pelos maiores estudiosos do tema quase desde o início dos estudos sobre a pobreza. (Towsend publicado originalmente m 1965 e citado em Abel-Smith e Towsend 1972, p.145 – 146).

Segundo Hagenaars[2] e De Vos (1988), todos os conceitos de pobreza podem ser resumidas nas seguintes categorias:

a) Pobreza Absoluta: ter menos do que o mínimo objetivamente definido. Enfoque das necessidades básicas ("basic needs"), através de uma linha de pobreza estabelecida em termos de renda.
b) Pobreza Relativa: ter menos do que outros na sociedade; seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Ideia de comparação.
c) Pobreza Subjetiva: sentir que não tem o suficiente para seguir adiante.

Segundo Amartya Sen (1999), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido.

> O fato de algumas pessoas terem um padrão de vida mais baixo que outras é certamente uma prova de desigualdade mas não pode, por si só, ser uma prova de pobreza, a menos que saibamos mais a respeito da qualidade de vida que essas pessoas de fato possuem (Sen,1983, p.159).

Rolin (2006) expôs as concepções de pobreza através de um quadro de definições, onde destaca a renda como um meio e não como um fim.

---

1 e 2: Citados no artigo de HOFFMAN, R. Pobreza no Brasil, uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), 2006

Quadro 1: Característica da Concepção de Pobreza:

Concepções de Pobreza	Indicador predominante	São pobres	Principais índices
Renda (Income)	Meio	Os que têm uma renda pessol ou familiar abaixo de um determinado nível	Renda per capita; Derivados de 1 linha de pobreza: Incidência de pobreza (Headcount index); Poverty gap; Squared poverty gap.
Necessidades básicas (Basic needs)	Meio	Os que não têm condições em especial materiais, de atingir as necessidades humanas básicas.	IDH, IPH
Capacitação Humana (Human capability)	Fim	Os que não possuem as habilidades e oportunidades mínimas para viver em um nível aceitável dentro de uma sociedade (ênfaze nas capacidades e opertunidades para ter uma vida longa e saudável, ser alfabetizado e participar livremente na sociedade).	Capability poverty measure, IPH
Acesso ao meio (ativos, equidade, governança)	Meio	Os que não acesso aos ativos (produtivos, infra-estutura física e social etc); Equidade; Governança	Coeficiente de Gini, circulação de informações, regulamentações, descentralização.

Fonte: ROLIM, (2006, p. 04) Elaboração própria.

Com vários conceitos distintos, desde 1954, as nações Unidas tinham a necessidade de comparar intra e internacionalmente os padrões de pobreza relativos à saúde, habitação, vestuário e habitação. Daí surge alguns índices multidimensionais de qualidade de vida, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) apresentado em 1990 no primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em setembro de 2000, 189 países assinaram a Declaração do Milênio, que tinha como foco, não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o bem estar e a redução da pobreza. E neste contexto, a forma mais utilizada de se medir a pobreza é através do nível de renda (linha de pobreza) abaixo do qual as pessoas são classificadas como pobres.

Para alguns autores esta não é a melhor medida. Conforme Hoffman:

> Um problema dessa abordagem é que a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa (ou família), embora seja, nas economias de mercado, a melhor medida isolada dessas condições. Dado um cero nível de renda para uma família, as condições de saúde de seus membros, por exemplo, podem fazer com que ela esteja ou não em condições de pobreza. (...)
>
> Outro problema fundamental da obtenção das medidas de pobreza com base em dados sobre renda é a ausência de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que a escolha desse valor tenha muito de arbitrário. (Hoffman 1998a, p.217).

Segundo Rocha (2010), é difícil estabelecer um parâmetro para o conceito de pobreza devido as especificidades que pode assumir em cada lugar que estiver inserida:

> As dificuldades residem na complexidade do fenômeno pobreza e nas suas especificidades em contextos diversos, dificultando o estabelecimento de parâmetros universais. Assim, o estabelecimento do que seja pobreza e necessidades básicas é necessariamente diferente em áreas rurais e urbanas, também o sendo em áreas urbanas conforme o grau de urbanização. (Rocha, 2010, p.27).

Ainda segundo Rocha (2010), as características da pobreza podem mudar, assim como a sociedade muda ao longo do tempo, assumindo um caráter intertemporal.

1.2 Histórico da Pobreza no Brasil

A desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8ª nação mais desigual do mundo.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), a tabela mostra o percentual de pobres e indigentes com base da insuficiência de renda.

Tabela 1.1 – Evolução temporal da digilência e da pobreza no Brasil 1977 – 1999.

Ano	% indigentes	% pobres
1977	17	39,6
1978	21,8	42,6
1979	23,9	38,8
1981	18,8	43,2
1982	19,4	43,2
1983	25	51,1
1984	23,6	50,5
1985	19,3	43,6
1986	9,8	28,2
1987	18,5	40,9
1988	22,1	45,3
1989	20,7	42,9
1990	21,4	43,8
1992	21,4	40,8
1993	19,5	41,7
1995	14,6	33,9
1996	15	33,5
1997	14,8	33,9
1998	14,1	32,8
1999	14,5	34,1

Fonte: Barros, Henriques e Mendonça, 2000 p.24

Segundo os autores Barros, Henrique e Mendonça (2000), nos únicos anos com percentuais mais baixos, são 1986 e 1995 devido aos planos Cruzado e Real respectivamente.

Nos anos 1930, quando o país se urbanizou e houve expansão do mercado interno, a desigualdade de renda continuou muito elevada. Deste período até a década de 80, o Produto Interno Bruto cresceu aceleradamente, registrou-se elevada migração para áreas urbanas devido sua estrutura produtiva e nas palavras de Souza (2003) foi típica de uma sociedade capitalista específica:

> A desigualdade gestada entre os anos 1930 e 1980 é típica de uma sociedade capitalista específica – moldada sob o signo da modernização periférica – e não mera resultante da herança de um passado tradicional e escravista (Souza, 2003).

Na década de 50, as reformas realizadas por Kubitschek foram essenciais para a criação do moderno mercado nacional. Com o surgimento das indústrias automotivas e de bens duráveis fortaleceu a concentração de renda.

O baixo crescimento e a elevada inflação da década de 80, que deteriorava todos os salários, marcaram ainda mais as distorções da renda no país. Em 1986 com o primeiro plano de estabilização, que a inflação foi controlada e o crescimento retomado, mas não reduziu a desigualdade renda.

Durante o período de 1987-89, ocorre um aumento da desigualdade que registrava que os 10% mais ricos se apropriavam de aproximadamente 52% da renda total, enquanto os 10% mais pobres sobreviviam com apenas 11% da renda total.

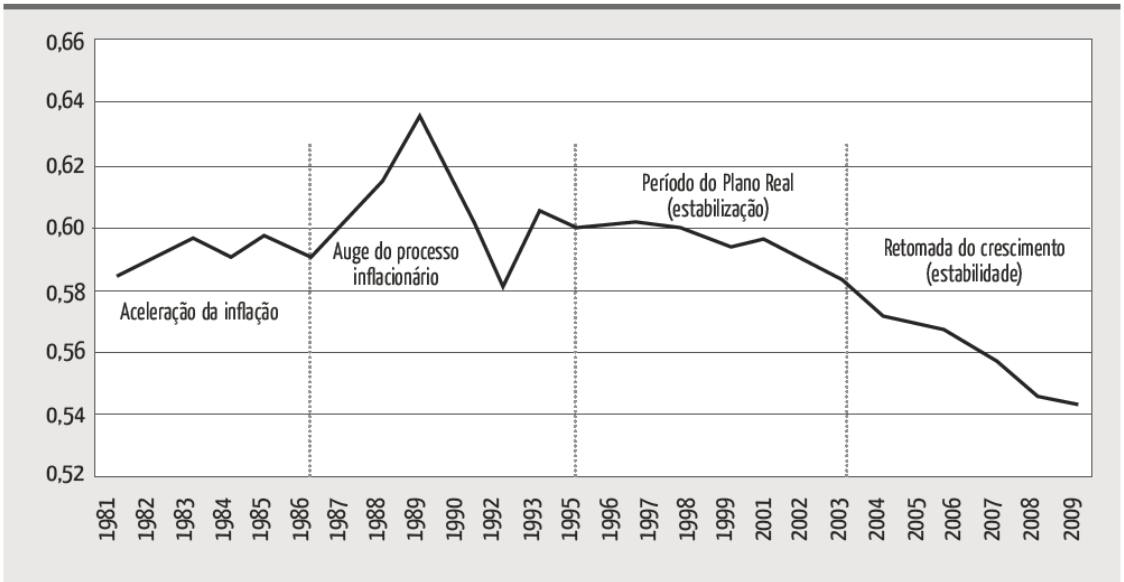
O ano de 1989, ainda no governo Sarney o Brasil alcançou o índice de Gini de 0,63, sendo considerado um dos países mais desiguais do mundo, devido ao aumento da inflação e consequente desigualdade na distribuição de renda.

O Índice de Gini, indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição da renda, varia de zero a um; quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação irreal, na qual a renda de todos fosse

exatamente igual, o índice de Gini seria zero. Ao contrário disso, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um.

O gráfico abaixo demonstra esse índice desde 1981 até 2009. O período mais elevado ocorre na década de 80 devido à aceleração das taxas de inflação e consequentemente baixo crescimento econômico. Pico em 1989 quando chegou a 0,63.

Gráfico 1.1: Índice de Gini (Brasil, 1981 – 2009)



Fonte: IpeaDATA

Entre 1990-1992, durante o breve governo de Collor, houve omissão do governo federal, na coordenação do processo de descentralização das políticas sociais e uma intencional ampliação do uso da política social como moeda de troca no jogo político e eleitoral (FAGNANI, 2005).

Somente em 1994 com a criação do plano real e a inflação estabilizada, houve um aumento do poder de compra dos mais pobres, principalmente por bens e alimentos. Não houve congelamento de preços e salários, como nas tentativas de estabilização anteriores. Para desvincular os preços do Cruzeiro Real, foi

criada primeiro a Unidade Real de valor (URV) para depois ocorrer a conversão da moeda para o Real.

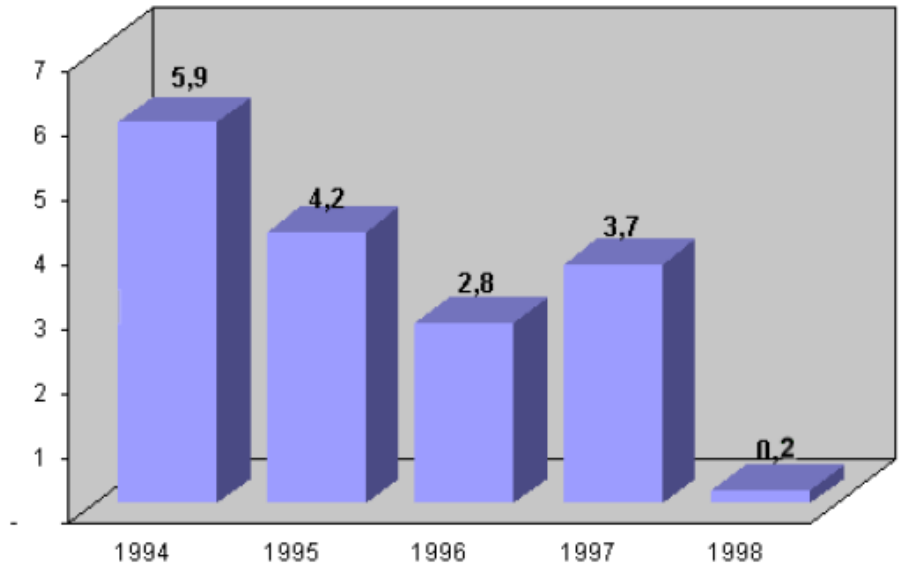
No início do plano Real, houve uma queda do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, conforme dados do IPEA, de 18,55%, acompanhado de outros resultados positivos, como crescimento industrial e variação de 5,8% no PIB.

Para Barros, Henrique e Mendonça (2000), o Plano Real não influenciou nos índices de desigualdade, mas a pobreza sofreu significativas mudanças:

> Em relação ao Plano Real não dispomos de evidência alguma que tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução importante. Em função desse crescimento no grau de desigualdade entre os anos de 1992 e 1993 e da manutenção desse novo patamar, constatamos que o grau de desigualdade em 1999 é dos mais elevados nas últimas duas décadas, sendo apenas inferior aos valores do final dos anos 1979 e 1980 (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p.38).

A partir de 1997, o Plano Real se enfraqueceu. Com a instabilidade internacional após a Crise Asiática e a Crise na Rússia em 1998, foi necessária a adoção de medidas recessivas para ajustar o balanço de pagamentos. As privatizações contribuíram para uma expansão da economia informal e crescimento do desemprego, reforçando ainda mais a desigualdade na distribuição de renda, consequência da queda brusca do crescimento econômico e do Produto Interno Bruto (PIB), conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1.2: Crescimento real do PIB, Brasil 1994 – 1998, em %



Fonte: IBGE - Elaboração: DIEESE

A recuperação dessa situação de baixo crescimento começou a ocorrer por volta do ano 2000, registrando um crescimento do PIB de 4,4% e queda da taxa de desemprego com o aumento da produção industrial resultante da elevação das exportações. Porém, neste período o índice de Gini atingiu a marca de 0,60, acusando a gravidade da desigualdade de renda.

1.2.1 Distribuição de Renda no Brasil em Comparação com o Resto do Mundo

A alta concentração de renda no Brasil, o coloca em posição de extrema desigualdade em relação ao cenário mundial.

Na tabela, os países com maior grau de desigualdades que o Brasil, como o Equador, Bósnia, Angola e Haiti, são países que vivem na pobreza por falta de recursos. Comparando com o Brasil, em que o volume de renda dos ricos brasileiros é maior que a riqueza da elite africana, percebemos que a situação do Brasil é gravíssima, em relação à distribuição de renda.

Tabela 1.2: Classificação dos países por Índice de Gini

Economy and inequality		Gini index
HDI Rank	**Country**	**1992-2007**
1	Norway	25.8
2	Australia	35.2
3	Iceland	..
4	Canada	32.6
5	Ireland	34.3
6	Netherlands	30.9
7	Sweden	25.0
8	France	32.7
9	Switzerland	33.7
10	Japan	24.9
13	United States	40.8
21	United Kingdom	36.0
24	Hong Kong, China (SAR)	43.4
42	Slovakia	25.8
44	Chile	52.0
45	Croatia	29.0
46	Lithuania	35.8
49	Argentina	50.0
50	Uruguay	46.2
53	Mexico	48.1
54	Costa Rica	47.2
69	Saint Lucia	42.6
70	Albania	33.0
71	Russian Federation	37.5
75	**Brazil**	**55.0**
77	Colombia	58.5
78	Peru	49.6
79	Turkey	43.2
80	Ecuador	54.4
90	Dominican Republic	50.0
101	Paraguay	53.2
112	Honduras	55.3
113	Bolivia	58.2
143	Angola	58.6
149	Haiti	59.5
	The Gini index lies between 0 and 100.	

Fonte: Work Bank (2009)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também é um indicador muito utilizado no que tange ao assunto da desigualdade social. Ele é composto por três importantes fundamentos do desenvolvimento humano, que são: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garantas as necessidades básicas, ou seja, tem como base fundamental a saúde, a educação e a renda.

Em 2002, o Brasil ocupava a 79ª posição, alcançando um patamar médio, conforme mostra tabela abaixo, com dados do PNDU de 2002.

Tabela1. 3: Ranking do IDH: países Selecionados, 2002.

Posição – IDH Alto	país	IDH
1	Canadá	0,932
2	Noruega	0,927
3	EUA	0,927
4	Japão	0,924
5	Bélgica	0,923
11	França	0,918
23	Israel	0,883
39	Argentina	0,827
Posição – IDH Médio	**País**	**IDH**
50	México	0,786
58	Cuba	0,765
71	Rússia	0,747
79	Brasil	0,739
84	Paraguai	0,730
101	Africa do Sul	0,695
120	Egito	0,616
Posição – IDH Baixo	**País**	**IDH**
147	Nigéria	0,456
160	Angola	0,398
172	Etiópia	0,298
173	Níger	0,298
174	Serra Leoa	0,254

Fonte: PNDU

Mesmo que o IDH nacional alcance uma classificação média, convém analisar o IDH regional, o qual apresenta grande heterogeneidade entre as regiões do Brasil.

Como revela a tabela abaixo, a maioria dos estados brasileiros com menor IDH são os do Norte e Nordeste.

Tabela 1.4: Classificação dos Estados, Brasil IDH – 2000.

RANKING	Unidade Federativa	IDH-M
1	Distrito Federal	0,844
2	São Paulo	0,814
3	Rio Grande do Sul	0,809
4	Santa Catarina	0,806
5	Rio de Janeiro	0,802
6	Paraná	0,786
7	Goiás	0,770
8	Mato Grosso do Sul	0,769
9	Mato Grosso	0,767
10	Espírito Santo	0,767
11	Minas Gerais	0,766
12	Amapá	0,751
13	Roraima	0,749
14	Rondônia	0,729
15	Tocantins	0,721
16	Pará	0,720
17	Amazonas	0,717
18	Rio Grande do Norte	0,702
19	Ceará	0,699
20	Bahia	0,693
21	Acre	0,692
22	Pernambuco	0,692
23	Sergipe	0,687
24	Paraíba	0,678
25	Piauí	0,673
26	Maranhão	0,647
27	Alagoas	0,633

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

Capítulo 2: O Governo Lula

O Governo de Luís Inácio Lula da Silva, ficou marcado pela retomada do crescimento econômico e melhoras nos indicadores de distribuição de renda e de redução da pobreza. O controle da inflação, a queda da vulnerabilidade externa e da taxa de juros e o ótimo resultado das importações, são resultados econômicos positivos que contribuíram para este cenário de crescimento e desenvolvimento do país, porém a ênfase deste trabalho, são as políticas sociais implantadas durante os dois mandatos de Lula.

2.1 As Políticas Sociais do Governo Lula

Abordando a política de desenvolvimento social do Brasil, temos o foco voltado para as mudanças nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que é responsável pelos programas de combate a fome e a miséria e luta também pela diferença na desigualdade e pobreza no país, foi criado em 2004 e faziam parte três áreas do governo sendo elas: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA), Ministério da Assistência Social e a Secretaria do Programa Bolsa Família, esses programas e governos eram ligados a Presidência da República e diretamente ao presidente Lula que enfatizava a importância da mudança de governo e política sobre a desigualdade.

Com esse modo de governar as políticas públicas, o Brasil investiu em programas sociais e ações para que o desenvolvimento se fortalecesse e fortalecesse o país e, que seria composto de crescimento econômico e inclusão social. Como afirma Furtado: “Crescer sem distribuir a renda é não só reproduzir o passado de desigualdades, como aprofundá-lo”. (Celso Furtado, 2002 pag.21).

As demandas sociais porém, se partiam muito mais de fazer um país sem desigualdade e sim um país com mais empregos pois só assim o povo teria mais renda para estudar e se aperfeiçoar, o governo também investiu em democratizar as categorias e classes de profissionais, as reivindicações

aumentaram, o entendimento de como se governa aumentou, a classe mais desamparada ficou mais sólida em meio a multidão que não se sabia para onde olhar em tempos de crise, os direitos civis, sociais e políticos agora eram para todos e assim um país onde o menos desenvolvido era apenas um número, poderia fazer diferença pois agora pulava-se uma classe ou quem sabe duas, a classe D era agora classe C com entendimento e número para se comparar em tabelas e em governos, a política de desenvolvimento social levou aos jovens o direito de ir além e de fazer diferente, a inclusão social procurou romper a lógica de que quem não tem meios não tem poder e não tem chance, a consciência política ficou mais clara, mais correta, em mesmo com todos os outros problemas para se resolver em um período curto , o desenvolvimento estava aparecendo e aparecendo a economia e a consciência de cada cidadão a proteger os seus direitos.

Se aplicarmos os melhores desempenhos do Brasil em termos de diminuição da pobreza e elevação das classes menos desfavorecidas, no período de 2003 a 2008, o país praticamente poderia superar a pobreza extrema até 2016, assim como alcançar uma taxa de pobreza absoluta em apenas 4%, que significa quase que o fim da miséria no país. A maior parte dos avanços quando falamos em enfrentamento da desigualdade e pobreza, esta diretamente associada a políticas públicas do estado ainda motivadas pela Constituição de 1988, que juntamente com a elevação do gasto social no país que cresceu 19% com o produto interno, a descentralização da política social com o aumento do papel municipal no crescimento das políticas da sociedade e a participação social na formação das políticas de desenvolvimento do país, apesar dos números significativos, a desigualdade social ainda é elevada, o Brasil subiu posições no IDH, porém ainda está abaixo de países vizinhos latino-americanos.

O Brasil alcançou a meta de desenvolvimento do governo e a redução da pobreza extrema definida pelas Nações unidas, em 1992, 11,73% da população viviam com menos de um real por dia, em 2006, 4,69% da população vivia com menos de um real por dia, esse número é muito positivo e animador para todos os setores da época, de acordo com os especialistas, a crise internacional não prejudicou a tendência de crescimento do Brasil no

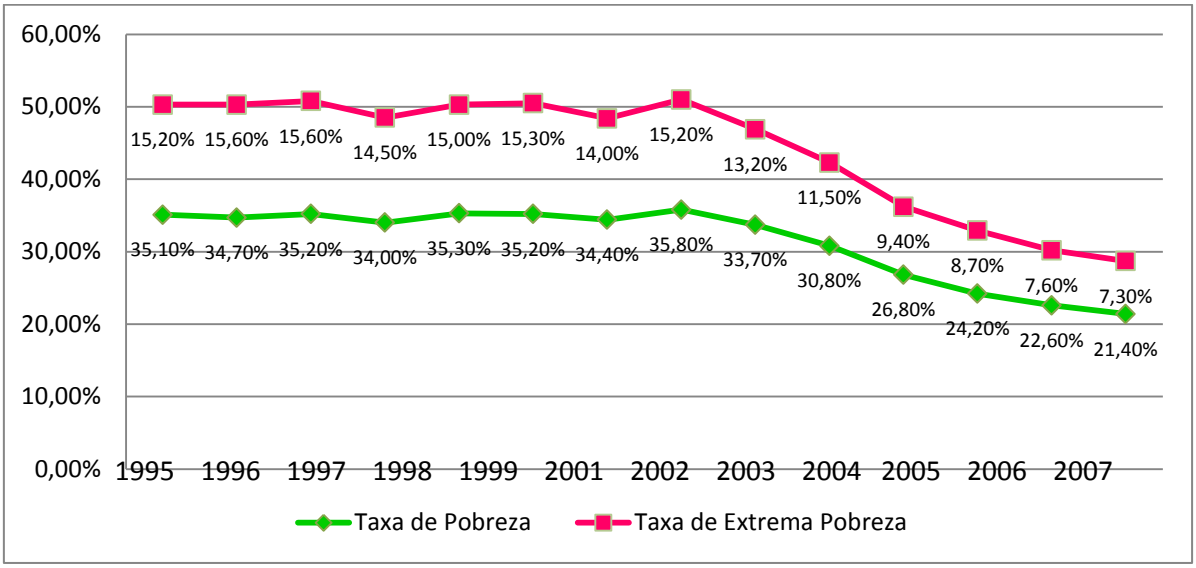
quesito crescimento da classe C e queda da pobreza, nos seis primeiros meses da crise em 2008, o número de pobres declarados nas regiões metropolitanas decresceu e além disso, pela primeira vez, o Brasil alcançou IDH de 0,80.

De acordo com Fagnani (2011):

> *Com a crise internacional essa postura foi reforçada e medidas anticíclicas foram adotadas. Setores estratégicos tiveram redução de impostos. A meta de superávit primário foi reduzida. A política monetária foi afrouxada pela redução dos juros e dos compulsórios. Os bancos públicos ampliaram a oferta de crédito. Papel central foi desempenhando pelo BNDES, cujos desembolsos quase triplicaram na segunda metade da década passada. Em parte, o crédito pessoal foi direcionado para pequenos empreendedores urbanos, para a agricultura familiar e para os funcionários públicos e aposentados, realimentando a cadeia de consumo e impulsionando o mercado interno.* (FAGNANI III, 2011 p.5).

Segundo dados do IPEA, em todos os anos do governo Lula, houve queda nas taxas de pobreza e extrema pobreza, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2.1: Evolução das taxas de pobreza e extrema pobreza entre 1995 e 2009:



Fonte: IpeaDATA

2.2 As Políticas de Transferência de Renda

Desde a década de 1970, existem no Brasil, discussões em relação às políticas de transferências de renda com objetivo assistencial, mas somente em 1991 que passou a fazer parte da agenda pública. O quadro abaixo mostra que, os programas a partir da primeira da década do ano 2000:

Quadro 2: Programas de Transferências de Renda no Brasil (2001 – 2004)

2001	Programa Bolsa Escola (BES), vinculado ao Ministério de Educação;
	Programa Bolsa Alimentação (BAL), vinculado ao Ministério da Saúde;
2002	Programa Auxílio Gás - gerido pelo Ministério de Minas e Energia. O Auxílio Gás não era um programa de transferência condicionada, mas um benefício financeiro às famílias com renda familiar *per capita* mensal até ½ salário mínimo, como forma de compensar o aumento do preço do gás de cozinha, resultante da retirada do subsídio naquele momento;
2003	Programa Cartão Alimentação, como um componente da estratégia denominada "Fome Zero". O Cartão Alimentação era gerido pelo hoje extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA);
	Criação, por Medida Provisória n° 132, de 2003, do Programa Bolsa Família (PBF);
2004	Promulgação da Lei da Renda Básica de Cidadania – Lei n° 10.835, de 2004;
	Conversão em Lei da Medida Provisória que criou o PBF. Lei n° 10.836, de 2004.

Fonte: Cunha e Pinto (2008)

No quadro acima, podemos analisar os programas de transferências de renda implantados desde o segundo mandato de FHC, tais como: o Programa Bolsa Escola, operacionalizado pelo Ministério da Educação, que concedia R$ 15/mês por filho na escola com idade entre 6 e 15 anos (máximo de três filhos); o Bolsa Alimentação, administrado pelo Ministério da Saúde, que atendia com R$ 15/mês famílias pobres que tinham filhos de até 6 anos (no limite de três); o Auxílio Gás, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que destinava R$ 15/a cada dois meses para complementar a compra de botijão de gás e o Cartão Alimentação, administrado pelo extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome,que pagava R$ 50/mês para famílias pobres.

A partir de 2003 alguns desses Programas de Transferência de Renda são unificados pelo Programa Bolsa Família quando se inicia o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Logo na cerimônia de posse, em Janeiro de 2003, Lula firmou compromisso em combater a fome:

> [...] Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana (p.8).

Elaborado pelo Instituto de Cidadania com participação de ONGs, especialistas em questão de segurança alimentar, sindicatos, institutos de pesquisas e organizações populares, a proposta do Projeto Fome Zero foi assinada por Lula durante sua campanha eleitoral, seu objetivo era a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira.

No projeto é definido como segurança alimentar: "*a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas*" (Projeto Fome Zero, 2002).

Adotando a linha de pobreza do Banco Mundial, que corresponde às pessoas que ganham menos de um dólar por dia, o Programa Fome Zero assumiu - segundo dados do PNAD - 9,3 milhões de famílias, ou seja, 44 milhões de

pessoas em extrema pobreza, concentradas nas regiões conforme tabela abaixo:

Tabela 2.1: Percentagem das famílias mais pobres, por região (2001):

Região	Percentual
Nordeste	50%
Sudeste	26%
Sul	10%
Norte	9%
Centro - Oeste	5%

Fonte: PNAD - Elaboração própria.

A proposta para efetividade desse programa era combinar políticas estruturais (diminuição da vulnerabilidade alimentar das famílias); políticas específicas (promover a segurança a segurança alimentar e combater a fome e a desnutrição) e políticas locais (conjunto de políticas que podem ser implantadas pelos estados e municípios).

No quadro abaixo, estão demonstradas cada uma dessas políticas:

Quadro 3: Esquemas das propostas do Projeto Fome Zero:

Fonte: MDA

Em 2004, o MDS assumiu a coordenação do Fome Zero, após a extinção do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Entre os maiores programas, em termos de investimentos e atendimentos, estão: o Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Construção de Cisternas.

A tabela abaixo apresenta os recursos investidos nestes programas de 2003 a 2006.

Tabela 2.2: Recursos do estado Brasileiro investidos no Fome Zero em 2003 – 2006 e número de beneficiários (1):

Programas	2003		2006	
	Orçamento Realizado (milhões RS)	Beneficiários (milhões)	Orçamento (milhões RS)	Beneficiários (milhões)
Bolsa Família	3360	3,6 famílias	8325	11,1 famílias
PNAE	954	37,3 alunos	1313	36,3 alunos
PAA e leite	224	0,05 produtores	621	0,1 produtores
Cisternas	25	0,03 famílias	70	0,08 famílias (1)
Programas urbanos (2)	7	n.a	53	n.a
Outros (3)	356	n.a	549	n.a
TOTAL	**4,926**		**11,606**	
PRONAF (4)	3,806	0,9 produtores	9	2,0 produtores

Fonte: MDS
(1) Total acumulado 2003 – 2006: 150.000 famílias.
(2) Agricultura urbana, banco de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias;
(3) Cestas de alimentos, educação nutricional, distribuição de vitaminas A e ferro, consórcios intermunicipais, casas famílias etc.
(4) Fonte MDA: inclui recursos disponíveis para crédito rural.

De todos os programas destacados até o momento, o Bolsa Família se destaca e ganha popularidade e reconhecimento de órgãos internacionais, como o Banco Mundial.

2.2.1: O Programa Bolsa Família

Como proposta de unificação dos programas de transferência de renda já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação e Programa Auxílio-Gás), em outubro de 2003, foi criado o Bolsa Família, pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. Um programa de transferência condicionada de renda, dirigido às famílias pobres e extremamente pobres do Brasil, que associa o benefício financeiro ao

acesso a direitos sociais básicos como educação, saúde, alimentação e assistência social unificando os programas com a mesma natureza existentes.

Umas das principais características do programa é sua condução ser descentralizada. Figueiras (2007) defende que a descentralização é:

> "crucial para o bom desempenho do programa o estabelecimento de parceria entre governos, federal, estadual e municipal, com a intenção de potencializar as ações de combate a pobreza. (Filgueiras, 2007 p:58-9).

Essa divisão na gestão do programa compartilhada entre os entes federados, é analisada por Tavares (2009), como:

> A gestão do benefício do PBF é compartilhada entre os entes federados. Ao governo federal, compete a elaboração do desenho do programa e sua normatização, bem como o repasse dos recursos gastos com a política. Entretanto, os municípios são os principais gestores do programa junto às famílias: é de sua responsabilidade
> cadastrar as famílias que compõem o público-alvo do Cadastro Único (CadÚnico),
> gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que seleciona os beneficiários Tavares *et al.* (2009, p. 27).

Segundo o MDS, o programa possui 3 eixos principais, que são:

> "O programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade". (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011)

- As transferências de renda:

Para ter direito a receber o benefício oferecido pelo Programa, a família deve se cadastrar no CadÚnico e ter renda per capita mensal de até R$ 50,00, o que caracterizava extrema pobreza ou entre R$ 50,01 e R$ 100,00, caracterizando pobreza, no ano de sua implantação.

Em 2006, as linhas de extrema pobreza e pobreza elevaram-se para R$60,00 e R$ 120,00, respectivamente, de acordo com a atualização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). E em 2009, passaram a ser de R$ 70,00 e R$ 140,00.

O benefício é composto e tem teto de R$ 200,00. Em 2009, a parcela fixa era de R$ 68,00 e a variável de R$ 22,00 (por filho entre 0 e 15 anos, limitando à 3 filhos) ou de R$ 33,00 (por filho adolescente entre 16 e 17 anos, com limite de 2 filhos).

As famílias em situação de extrema pobreza recebem os benefícios fixo e variável, enquanto que as famílias caracterizadas como pobre, recebem apenas o benefício variável. O pagamento é feito através de cartão magnético emitido pela Caixa Econômica Federal.

- As condicionalidades do Programa Bolsa Família:

Educação**:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

> O programa exige que as crianças estejam presentes em 85% das aulas e instituiu um sistema de acompanhamento que é alimentado pelos municípios e transmitido ao governo federal, a fim de que se apliquem advertências e sanções no caso de seu descumprimento. Trata-se de uma inovação, uma vez que a exigência e controle de frequência escolar, segundo a legislação, limitava-se a 75% das aulas e competia, apenas, aos estabelecimentos de ensino Medeiros *et al.* (2007, p. 17)

Em 2009, a taxa de alunos de 6 a 15 anos com baixa frequência foi de 2,5% (346 mil), e a taxa de alunos sem informação pelo MEC foi de 10,4%, o equivalente a 1,6 milhões.

Em 2009, a taxa de alunos de 16 e 17 anos com baixa frequência foi de 5,4% (92 mil) e a taxa de alunos sem informação pelo MEC foi de 20,5%, o equivalente a 441 mil.

Na tabela abaixo, por meio de dados do Censo escolar de 2012, podemos analisar que mesmo o percentual dos demais alunos da rede pública que concluem o ensino fundamental, ser maior em quase todas as regiões que os alunos beneficiados pelo Bolsa Família, na região mais pobre do Brasil, a situação se inverte, mostrando um resultado positivo em relação ao beneficiários pelo programa, que cumprem a condicionalidade da educação.

Tabela 2.3 Número de concluintes do ensino fundamental regular na rede pública de ensino, por idade – Brasil e regiões (2012):

Regiões geográficas	Alunos do Programa Bolsa Família					Demais alunos				
	Total	Até 15 anos	%	16 anos ou mais	%	**Total**	Até 15 anos	%	16 anos ou mais	%
Brasil	**798.187**	603.118	75,6	195.069	24,4	**1.351.166**	1.073.319	79,4	277.847	20,6
Norte	**91.552**	61.859	67,6	29.693	32,4	**108.352**	70.863	65,4	37.489	34,6
Nordeste	**329.007**	234.646	71,3	94.361	28,7	**247.785**	158.542	64,0	89.243	36,0
Sudeste	**250.020**	205.972	82,4	44.048	17,6	**632.275**	544.065	86,0	88.210	14,0
Sul	**74.397**	58.666	78,9	15.731	21,1	**254.255**	214.631	84,4	39.624	15,6
Centro-Oeste	**53.211**	41.975	78,9	11.236	21,1	**108.499**	85.218	78,5	23.281	21,5

Fonte: Censo Escolar 2012 (INEP, 2012) e MDS

O Censo de 2012 também registrou outro efeito positivo da condicionalidade educação, conforme mostra a tabela. De modo geral, a taxa de abandono dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família é de 7,4% enquanto que de demais alunos chega à 11,3%.

A taxa de aprovação dos alunos beneficiados também é maior que dos demais alunos da rede pública de ensino.

Tabela 2.4. Comparação das taxas de abandono escolar entre os alunos do PBF e demais alunos do ensino médio da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012).

	Ensino médio			
	Taxa de abandono		Taxa de aprovação	
	Alunos do PBF	Demais alunos	Alunos do PBF	Demais alunos
Brasil	**7,4**	**11,3**	**79,7**	**75,5**
Norte	8,7	17,1	79,8	71,1
Nordeste	7,7	17,5	82,6	72,0
Sudeste	6,3	7,5	78,4	78,5
Sul	8,4	9,0	73,2	76,9
Centro-Oeste	7,9	11,4	75,0	72,8

Fonte: Censo Escolar 2012 (INEP, 2012) e MDS

Saúde: acompanhamento do calendário de vacinas do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.

De acordo com a II Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família realizada em 2010, 95% das crianças de 0 a 1 ano de idade das famílias beneficiárias ou não do Programa Bolsa Família foram amamentadas, até 2009. No entanto, as crianças de famílias beneficiárias do Programa recebem o leite materno como único alimento até os 6 meses de vida, em proporção maior (62%) do que aquelas de famílias não beneficiárias (54%).

A participação no PBF impacta positivamente as gestações, significando menor quantidade de partos prematuros entre as famílias beneficiárias.

A quantidade de crianças nascidas a termo, ou seja, após um período de gestação entre 37 e 41 semanas, foram 14,1 pontos percentuais maior nas famílias beneficiárias, em comparação com as famílias não beneficiárias. (Fonte: AIBF II, 2010).

Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Caso essas condicionalidades não sejam cumpridas, a família pode ser advertida (no primeiro registro), ter o benefício bloqueado por 30 dias (no segundo registro), ter o benefício suspenso por 60 dias (no terceiro registro,

podendo sacar o valor suspenso no mês seguinte), ter o benefício suspenso por 60 dias (no quarto registro, sem o pagamento do período) ou, finalmente, ter o benefício cancelado (no quinto registro de descumprimento).

O Bolsa Família também beneficia a comunidade indígena. Dentre a população indígena, em dezembro de 2009, foram beneficiadas 64 mil famílias, das quais aproximadamente 95% têm renda mensal de até R$ 70,00 *per capita*. Além disso, 3 em cada 4 famílias indígenas beneficiadas encontram-se na zona rural. No caso das populações quilombolas, em dezembro de 2009, o Bolsa Família atendeu 25 mil famílias, das quais aproximadamente 95% têm renda mensal de até R$ 70,00 *per capita*, e 85% delas vivem em áreas rurais.

Tabela 2.5: Programa Bolsa Família em Números

Ano	Famílias Atendidas	Valores
2003*	3.615.596	570.144.695,00
2004	6.571.839	3.791.785,00
2005	8.700.445	5.691.667.041,00
2006	10.976.810	7.524.661.322,00
2007	11.043.076	8.965.499.608,00
2008	10.557.996	10.606.500.193,00
2009	12.370.915	12.454.702.501,00
2010	12.740.644	9.434.933.865,00

Fonte (2004-2010): Matriz de Informação Social *Dados da planilha de acompanhamento da SEMARC/MDS

- Programas complementares:

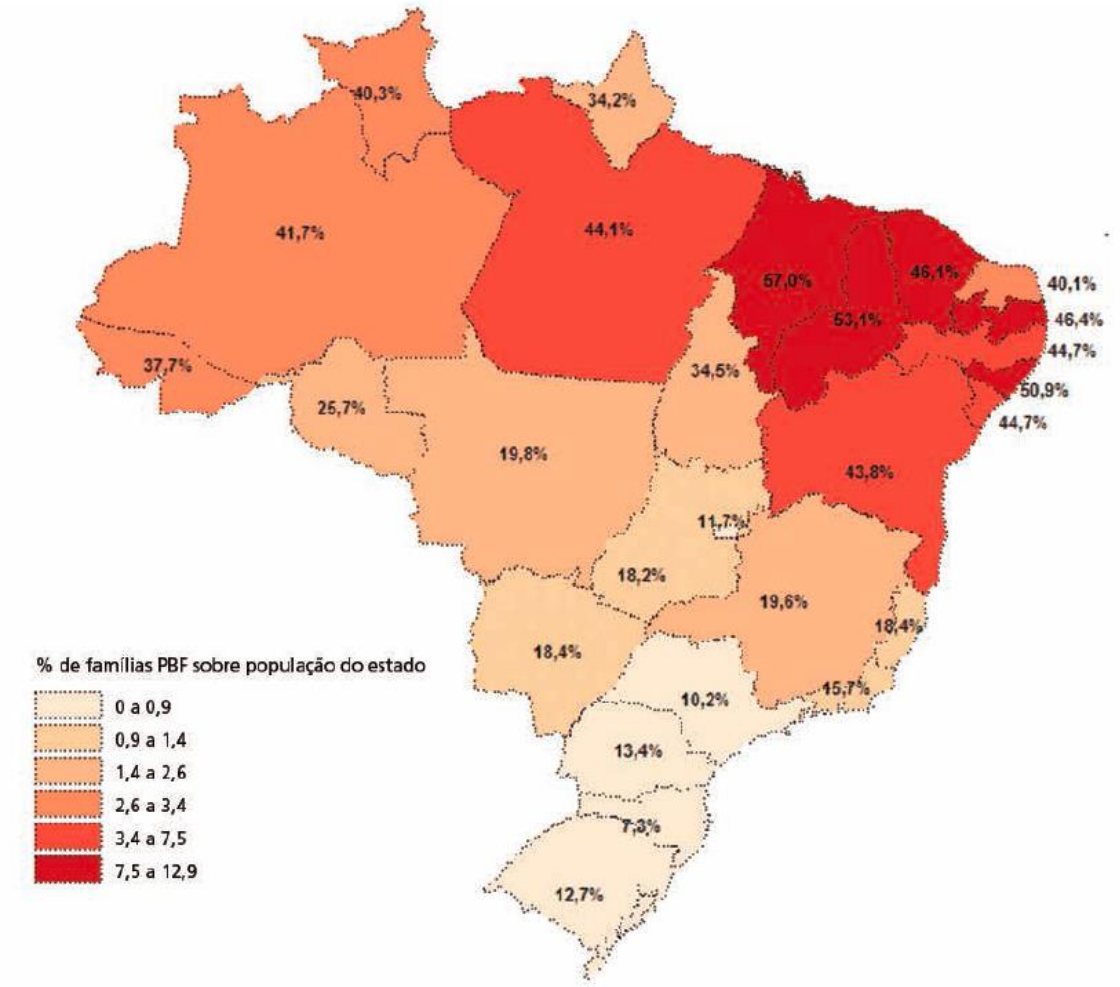
Sobre os programas complementares, os autores Cunha e Pinto, descrevem a seguinte definição:

> "(...) *as ações complementares se constituem numa estratégia de intervenção articulada e integrada entre diferentes áreas dos governos federal, estaduais e municipais, e mesmo da sociedade, que permita o desenvolvimento das capacidades das famílias ou a redução de vulnerabilidades específicas. É a associação entre políticas de redução da pobreza e políticas de promoção da cidadania. Demandam, necessariamente, articulação intersetorial, coordenação e integração entre políticas que priorizem o atendimento das famílias do PBF. Nesse sentido, as ações complementares não estão dentro do Bolsa Família nem a ele se subordinam. O Programa se constitui como elemento de integração e de articulação de diferentes ações públicas que possam, ao chegar de forma integrada às famílias pobres, contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades e para a ampliação de suas possibilidades de escolha, com impacto na inclusão social dos indivíduos e núcleos familiares"* (Cunha e Pinto 2008, p.7).

Programas complementares seriam aqueles que dariam condições para que as famílias beneficiadas conseguissem se emancipar do programa, seriam as chamadas portas de saída, que devem estar em consonância com a política econômica e com um projeto de desenvolvimento que permita a inclusão social. (Mesquita, 2007).

Como resultado, em 2010, o Bolsa Família atendeu 12,7 milhões de famílias, o equivalente a 50 milhões de pessoas em todos os 5.565 municípios brasileiros. Com repasse médio por família de R$ 95,00 mensais, o desembolso foi de aproximadamente R$ 13,4 bilhões, o equivalente a 0,4% do PIB brasileiro.
O mapa abaixo mostra a distribuição dos beneficiários no Brasil, em que os Estados da região Nordeste apresentam maior percentual de beneficiários.

Mapa 1: Famílias beneficiadas pelo PBF entre o total de domicílios apurados pelo Censo 2010 (em % do total de domicílios).



Fonte: SENARC/MDS. A partir dos microdados do CadÚnico (SENARC/MDS) de fevereiro de 2013 e do Censo 2010 (IBGE).

2.2.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial, não contributivo, cuja concessão é desvinculada de contribuições prévias e da inserção anterior do beneficiário no mercado de trabalho. Este benefício está previsto na Constituição Federal e regulamentado pela LOAS. Como tal, garante segurança de renda continuada a todas as pessoas idosas (a partir de 65 anos de idade) e às pessoas com deficiência física ou mental, incapacitados para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade. Em ambos os casos, para ter acesso ao BPC, a renda per capita familiar deve ser inferior a ¼ do salário mínimo .

Os recursos investidos no BPC são integralmente financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). A operacionalização do benefício é feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enquanto sua gestão, acompanhamento e avaliação são responsabilidades da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS.

Embora o BPC seja um direito reconhecido pela Constituição de 1988, sua aplicação ainda era razoavelmente limitada antes da criação do MDS. O gráfico abaixo ilustra o comportamento ascendente da curva de beneficiários a partir de 2002.

Tabela 2.6: Benefício de Prestação Continuada (2004 a 2010)

	Beneficiários	***Idosos***	***Deficientes***	***Repasses***
2004	2.061.013	933.164	1.127.849	5.814.283.017,97
2005	2.277.365	1.065.604	1.211.761	7.523.861.443,90
2006	2.477.458	1.183.840	1.293.645	9.78.787.631,32
2007	2.680.823	1.295.716	1.385.107	11.548.344.924,86
2008	2.934.472	1.423.790	1.510.682	13.785.788.691,16
2009	3.166.845	1.541.220	1.625.625	16.859.412.605,74

Fonte: Departamento de Benefícios Assistenciais/ MDS/ SNAS e DATAPREV/ Síntese 2010. Elaboração própria

De um modo ainda mais evidente, a tabela acima apresenta o avanço rumo à universalização ao acesso desse benefício constitucional. A ampliação de aproximadamente 60% de novos beneficiários e a quase triplicação dos recursos repassados diretamente aos cidadãos beneficiários demonstram a consolidação do SUAS enquanto um sistema compartilhado no território, dotado de equipamentos e profissionais que prestam serviços e informações que proporcionam o acesso. Interessante destacar também o crescimento do dispêndio nominal *per capita*, que passa de aproximadamente R$ 260 no ano de 2004 para R$ 510 em 2010, acompanhando, desse modo, a política de valorização real do salário mínimo desenvolvida pelo Governo Federal nos últimos anos.

A variação no número de benefícios sempre se mostra positiva, em razão do progressivo envelhecimento populacional e do aumento da expectativa de vida, suscitando o surgimento de novas necessidades que, associadas às instabilidades e precariedades relacionadas à situação de trabalho, podem incidir no quantitativo de requerentes ao BPC.

Quanto ao perfil dos beneficiários do BPC, destaca-se que 93,2% deles são domiciliados em zonas urbanas e que 96,3% encontra-se em domicílios particulares. A proporção de homens e mulheres é praticamente a mesma entre as pessoas com deficiência, ao passo que, para os idosos, as mulheres representam 60% dos beneficiários. A idade dos idosos concentra-se na faixa etária de 71 a 80 anos, enquanto as pessoas com deficiência física (PCDF) possuem distribuição etária mais dispersa, as pessoas com deficiência mental (PCDM) estão concentradas nas faixas etárias mais jovens. A maioria dos idosos (54%) é viúva e a maioria das pessoas com deficiência é solteira (82%). Apenas 1,7% dos beneficiários tem 11 ou mais anos de escolaridade, sendo mais da metade deles sem instrução ou com menos de 1 ano de escolaridade.

Já 58,8% dos beneficiários nunca trabalharam, enquanto 38,8% já trabalharam, mas não trabalham mais e 2,4% ainda trabalham.

Entre 2003 e 2009, o Coeficiente de Gini recuou em média 1,2% ao ano (de 0,589 em 2002 para 0,543 em 2009). A redução ocorrida nos últimos anos é inédita desde quando o indicador começou a ser mensurado no Brasil, nos anos 1970. O Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação

Continuada (BPC) são responsáveis por aproximadamente um terço da redução da desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini desde 2001.

Capítulo 3: O Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho no Brasil durante o Governo Lula apresentou elevação nos indicadores, entre eles o aumento do nível de emprego formal, a queda do desemprego e a melhora na renda média dos trabalhadores através da elevação real do salário mínimo.

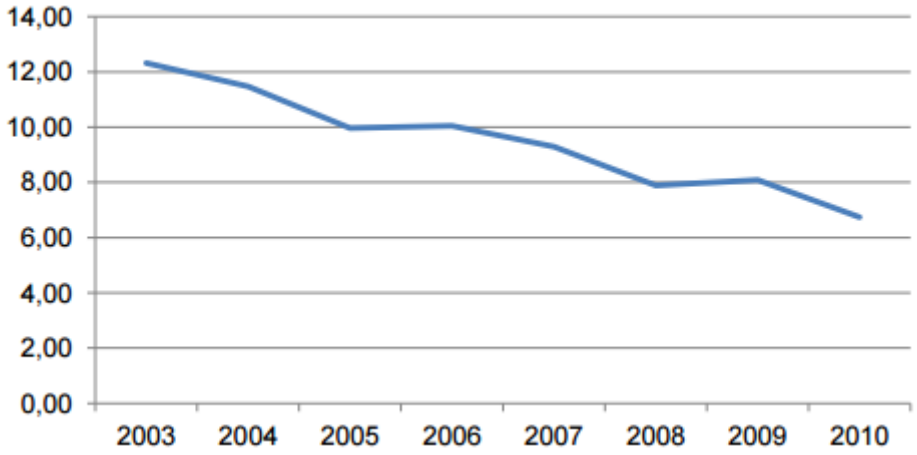
Conforme Fagnani (2011),

> "...o mercado de trabalho apresentou melhoras sensíveis. Entre 2003 e 2011, a taxa de desemprego caiu pela metade (de 12,4% para 6%) e o rendimento mensal dos trabalhadores subiu 18% e mais de 14 milhões de empregos foram criados (...) a ampliação do mínimo ampliou a renda, isso também contribuiu para o crescimento do consumo interno..." (FAGNANI, 2011, pag. 36 e 37).

3.1 Queda na Taxa de Desemprego

Quando Lula assumiu a Presidência, a taxa de desemprego era de 12,3% a.a e no fim do seu segundo mandato atingiu a marca de 6,3% a.a, a mais baixa da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) iniciada em 2002 e seguem em queda na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Esse decréscimo está apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 3.1: Taxa de desemprego aberto (%): Brasil, 2003 - 2010



Fonte: IBGE Pesquisa Mensal de Emprego

O mercado interno fortalecido através das transferências de renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão do crédito, contribuíram para o aumento da produção e geração de empregos no país.

Para as pessoas com idade entre 25 e 39 anos, as taxas de desemprego registraram redução bastante expressiva nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre e, em 2009, corresponderam a 8,5% e 10,0%, respectivamente. A diminuição foi menos acentuada nas pesquisas realizadas no Nordeste, e – apesar da queda – o indicador, para esse segmento etário permaneceu bastante elevado ainda em 2009, com taxas de 18,7%, em Recife; e 19,5%, em Salvador.

As pessoas com faixa etária entre 40 anos ou mais, tiveram alto nível de contratação, o que mostra que o mercado de trabalho absorveu não somente os mais jovens, como também os mais experientes.

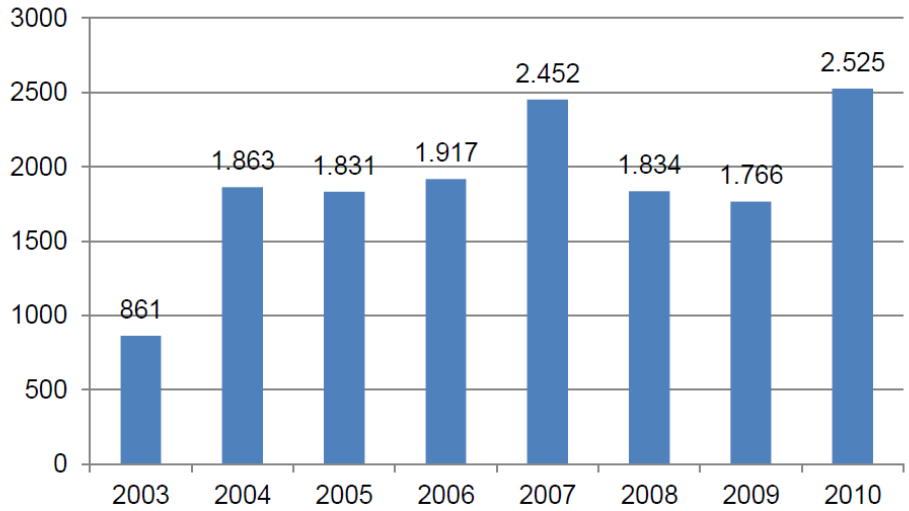
Para todos os segmentos pessoas de 10 a 24 anos, de 25 a 39 anos e de 40 anos e mais – em todas as regiões em que a pesquisa de emprego e desemprego (PED) é realizada, a única exceção foi verificada para as pessoas de 10 a 24 anos em Recife, cuja taxa aumentou no período (DIEESE).

Tabela 3.1: Taxas de desemprego total, segundo faixa etária – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999 – 2009 (em %)

Faixa etária	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	**17,9**	**10,3**	**22,1**	**15,8**	**19,0**	**11,1**
10 a 24 anos	31,6	23,4	37,9	35,0	33,3	23,5
25 a 39 anos	14,5	8,5	17,7	13,0	15,6	10,0
40 anos ou mais	9,2	4,9	11,5	6,3	12,2	6,2
Faixa etária	**Recife**		**Salvador**		**São Paulo**	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	**22,1**	**19,2**	**27,7**	**19,4**	**19,3**	**13,8**
10 a 24 anos	35,6	38,0	43,4	35,5	32,5	27,0
25 a 39 anos	20,1	18,7	24,2	19,5	15,4	11,8
40 anos ou mais	11,8	9,3	15,8	10,3	12,2	7,5

Fonte: DIEESE / Seade, TEM/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Gráfico 3.2: Geração Líquida de Empregos (milhares de postos de trabalho): Brasil 2003 - 2010



Fonte: Ministério da Fazenda

Geração de empregos está também associada ao nível educacional. O acesso à educação de boa qualidade é a porta de entrada para uma melhor colocação no mercado de trabalho e rompimento do círculo da pobreza.

Um dos pioneiros da teoria do capital humano, Schultz (1973), afirma que a cada dia as pessoas estão preocupadas em investir em si mesmas, como ativos humanos; que se dá a partir da educação formal e do treinamento. Sendo assim, a educação é primordial para o aumento da produtividade, pois desenvolve habilidades e conhecimentos que possibilita melhor colocação no mercado, consequentemente maior renda e melhor posição social.

Conforme dados da PNAD de 1999, é possível observar a relação entre os níveis educacionais e a pobreza.

Tabela 3.2: Distribuição dos ocupados classificados por sexo, faixa etária e anos de estudos Brasil e Grandes regiões – 2009 (em %)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo – Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Homem	57,4	59,8	59,2	56,5	55,8	57,3
Mulher	42,6	40,2	40,8	43,5	44,2	42,7
Faixa etária – Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
10 a 14 anos	1,4	2,1	2,4	0,7	1,1	1,2
15 a 17 anos	3,1	3,6	3,9	2,4	3,4	3,3
18 a 19 anos	3,6	3,9	3,5	3,4	4,0	3,6
20 a 24 anos	11,9	12,5	12,5	11,7	11,2	12,0
25 a 29 anos	13,4	14,7	13,4	13,4	12,6	13,6
30 a 39 anos	24,7	26,4	24,4	24,8	23,2	26,3
40 a 59 anos	35,2	31,1	32,4	37,2	36,9	33,7
60 anos ou mais	6,9	5,8	7,5	6,5	7,6	6,3
Anos de estudo – Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano	7,7	9,2	15,4	4,4	4,0	6,3
1 a 3 anos	9,1	12,1	13,4	6,7	7,3	8,8
4 a 7 anos	23,2	24,2	24,1	21,4	26,0	24,0
8 a 10 anos	16,5	16,6	14,2	17,1	18,6	16,9
11 a 14 anos	32,5	30,4	26,3	37,0	32,2	31,7
15 anos ou mais	10,7	7,2	6,3	13,3	11,7	12,1
Não determinados	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1

Fonte: IBGE / PNAD; Elaboração: DIEESE

Com idade entre 20 e 29 anos estão cerca de 25% da população brasileira ocupada, enquanto em torno de 67% tinham 30 anos ou mais.Em geral, a população nas faixas etárias inferiores a 29 anos é maior nas regiões Norte e Nordeste, enquanto a população ocupada com idade mais elevada é maior no

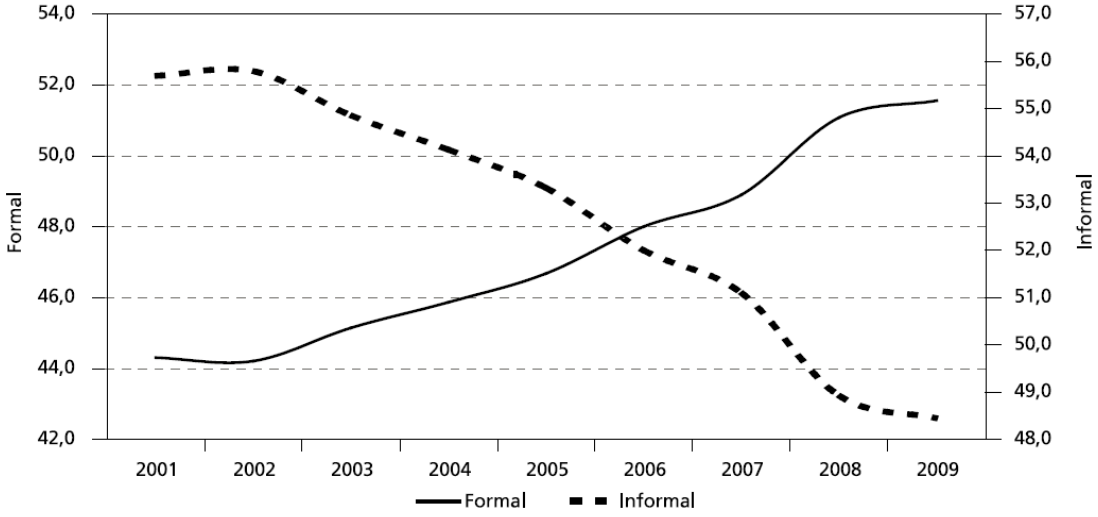
Sul e Sudeste. Apenas 6,9% da população ocupada no Brasil tem 60 anos ou mais de idade, parcela que nas regiões Nordeste e Sul situa-se próxima aos 7,5%.

A escolaridade é o indicador de perfil dos ocupados que mais varia entre as regiões e, ao mesmo tempo, o que mais se modificou na última década. A população sem instrução ou com até um ano de estudo, que correspondia a 7,7% da população ocupada no Brasil em 2009, varia entre 4,0% na região Sul e 15,4% no Nordeste, o que evidencia as fortes disparidades regionais. Em sentido oposto, os ocupados com 15 ou mais anos de estudo, que somavam 10,7% da população ocupada no Brasil, chegavam a 13,3% no Sudeste, 12,1% no Centro-Oeste, 11,7% no Sul e apenas 6,3% no Nordeste e 7,2% no Norte. Apesar das grandes diferenças regionais, a faixa de 11 a 14 anos de estudo é a mais representativa em todas as regiões, correspondendo a 32,5% da população ocupada brasileira com variação de 26,3% no Nordeste a 37,0% no Sudeste. A distribuição dos ocupados por sexo e idade pouco variou entre 1999 e 2009, destacando-se apenas o processo de envelhecimento da população devido ao impacto do crescimento da expectativa de vida, por um lado, e à diminuição da taxa de fecundidade, por outro. Já com relação à escolaridade, a distribuição foi bastante alterada, com o incremento da média de anos de estudo em todas as regiões. No Brasil, a queda nas faixas de escolaridade inferiores (sem instrução e até 7 anos de estudo) foi de 19,9 % no total, com a maior parte deste montante (14,6%) se deslocando para a faixa de 11 a 14 anos de estudo. Entre as regiões, a mudança mais acentuada foi no Nordeste, destacando-se a redução da parcela da população ocupada sem instrução ou com menos de um ano de estudo de 26,2% para 15,4%. A população nordestina teve um incremento relativamente menor do contingente de 11 a 14 anos de estudo (13,3%) do que as demais regiões, sendo, por outro lado, a que mais teve ampliação da parcela com 8 a 10 anos de estudo.

3.2. Nível de Emprego Formal

Destaca-se uma forte elevação da formalidade do emprego assalariado tanto no setor privado como no setor público, cujas taxas médias anuais de expansão, apenas no período 2007-2009, foram, respectivamente, 5,1% e 4,4%, muito superiores ao ritmo de crescimento da população economicamente ativa (1,45%) e também ao conjunto dos ocupados (1,49%). Esse desempenho foi suficiente para aumentar expressivamente o peso do assalariamento e da formalização na estrutura ocupacional do conjunto do país, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3.3: Participação dos empregos formais e ocupações informais na população ocupada (em %).



Fonte: PNAD / IBGE

A situação externa favorável contribui diretamente na progressão nos índices de emprego. A elevação na geração de empregos foi causada principalmente pelo aumento das importações para China e aumento dos preços internacionais das *commodities*, contribuindo para o crescimento econômico.

Internamente, houve estímulo ao consumo através de políticas expansionistas como a redução das taxas de juros, o aumento do investimento público, a ampliação do crédito, os aumentos reais do salário mínimo e a distribuição de renda ocasionada pelas transferências do Programa Bolsa Família.

Fortalecer o mercado interno deixou o país mais preparado para a crise internacional de 2008, que diferentes de outros países, o Brasil manteve sua

economia estável e sem impactos negativos nos postos de trabalho, pois também conseguiu diminuir sua dependência externa, pelos motivos sitados acima.

Uma pesquisa do IBGE mostra que as regiões Sul e Centro-Oeste foram as que mais tiveram um aumento no percentual de pessoas com 16 anos ou mais ocupadas em trabalho formal.

Tabela 3.3: Distribuição dos ocupados por posição na ocupação – Brasil e Grandes Regiões – 2009 (em %)

Posição na ocupação no trabalho principal	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Empregados	58,6	52,6	49,3	65,1	58,5	60,1
Trabalhadores domésticos	7,8	7,2	7,2	8,4	6,8	9,1
Conta própria	20,5	25,2	24,9	17,7	19,0	19,4
Empregadores	4,3	3,7	3,1	4,4	5,8	5,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,1	4,2	7,8	1,9	3,8	3,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Não remunerados	4,6	7,0	7,6	2,3	5,9	2,6

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: DIEESE

Entre 1999 e 2009, a parcela de empregados no trabalho principal cresceu 7,6 % no Brasil, e mais ainda no Nordeste (9,9 %). Em sentido oposto, a parcela de conta própria foi reduzida em 2,9%, com maior força também no Nordeste (4,3%). Essas mudanças na distribuição dos ocupados por forma de inserção podem ser entendidas no contexto de crescimento econômico e de geração de empregos, principalmente formais, que caracterizou a década.

Em 2009, a população brasileira estava ocupada predominantemente no setor de serviços (30,1%), mas com parcelas significativas também no setor de comércio e reparação (17,8%), na agricultura (17,0%) e na indústria (14,7%).

Outros 7,4% da população estavam ocupados na construção civil e 5,1% na administração pública.

Entre as regiões, cabe destacar o peso relativamente maior do setor de serviços no Sudeste (33,5%), da agricultura no Nordeste (29,6%) e da indústria no Sul (18,6%). Na comparação regional, o Norte e o Centro-Oeste têm maior presença da administração pública, em torno de 7%, sendo que a segunda região incorpora o Distrito Federal, sede da administração pública federal. Entre 1999 e 2009, duas atividades tiveram participações relativas diminuídas no total da população ocupada no país: a agrícola (com queda de 7,9%) e a administração púbica (redução de 4,3%. Os setores que mais cresceram em termos percentuais foram: comércio e reparação (4,5%), serviços (3,2%) e indústria (2,1%). O Nordeste foi a região que vivenciou mais acentuadamente essas alterações na distribuição por setor de atividade, com redução de 11% na parcela de pessoas ocupadas na agricultura e acréscimo de 6,7% nos serviços.

Tabela 3.4: Distribuição dos ocupados por setor de atividade – Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)

Setor de atividade no trabalho principal	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Agrícola	17,0	20,2	29,6	8,8	17,5	15,0
Indústria	14,7	11,5	9,3	17,5	18,6	11,8
Construção	7,4	8,1	6,9	7,8	6,8	8,2
Comércio e reparação	17,8	19,1	17,0	17,9	17,9	18,3
Serviços	30,1	28,4	26,6	33,5	27,1	30,8
Administração pública	5,1	7,4	5,2	4,6	4,4	7,3
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	7,9	5,3	5,4	10,0	7,6	8,6

Fonte: IBGE/ PNAD

Elaboração: DIEESE

A política de salário mínimo, num contexto de ampliação do emprego assalariado formal, foi fundamental para a expressiva elevação dos salários de

base, das aposentadorias e pensões e de outros benefícios sociais e previdenciários (seguro-desemprego, acidentes, doenças, etc.)

3.3. Política de Valorização do salário Mínimo

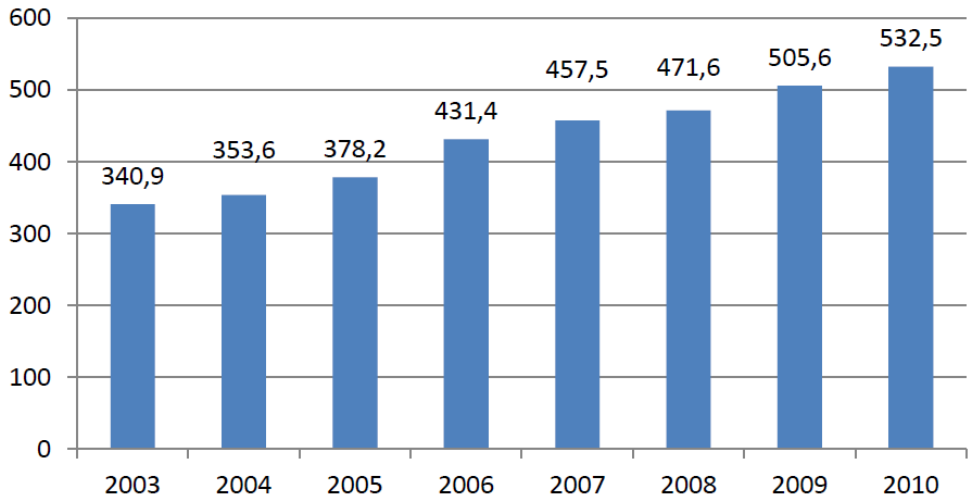
O salário mínimo legal, desde a implantação do Plano Real, em 1994, melhorou seu poder de compra. Porém, somente a partir de 2005 a valorização em termos reais ganhou impulso.

A valorização analisada entre 2003 e 2008 apresentou ganhos reais de 38,3% aos trabalhadores que recebem pelo mínimo base.

Para que o aumento do salário crescesse de acordo com o crescimento da economia, o reajuste anual incorporava a inflação passada adicionada a variação média do PIB nos dois anos anteriores.

No gráfico abaixo é apresentada essa evolução no período dos governos de Lula.

Gráfico 3.4: Evolução do Salário Mínimo Real (R$): Brasil, 2003 – 2010.



Fonte: Ministério da Fazenda / Considerado média anual, a preços de dezembro de 2010

O valor do salário mínimo de 2003 é 9,7% maior do que o de 1998, mas a renda média dos 50% dos trabalhadores de menor renda diminuiu 8,5% entre esses anos.

De acordo com Pochmann (2010), o Governo Lula representou o abandono das teses neoliberais, com a volta do dinamismo econômico do mercado interno, acompanhado de políticas afirmativas de defesa do salário mínimo e da legislação reguladora do mercado de trabalho. Diferentemente do pregado pela tese neoliberal, o aumento do salário mínimo foi acompanhado de forte crescimento do emprego formal, sem a explosão da folha de pagamentos do setor público ou a quebra de micro e pequenas empresas.

O ótimo desempenho de 64,9% do crescimento nos postos de trabalho formal contribuiu para o crescimento do PIB que registrou uma taxa média de 3,6% ao ano.

Considerações finais:

Concluímos que durante os Governos de Lula, o Brasil apresentou as melhores de IDH e conseguiu diminuir os índices que mensuram a pobreza e extrema pobreza no Brasil. Como analisado neste trabalho, as políticas que mais contribuíram para isso foram sem dúvida, o Programa Bolsa Família, conhecido como o carro-chefe de seu governo, que em 2010 atendeu 12,7 milhões de famílias resultando em mais de 21,2 milhões de beneficiários. Os resultados desse programa já foram relacionados não só à redução da desigualdade e da pobreza, mas também aos dados da educação, às questões nutricionais e ao acesso e consumo de alimentos e também no âmbito da saúde. Porém, não podemos atrelar toda melhoria somente a este programa, como cita FAGNANI, isto não é aceitável, pois: *[...] reduzir o sistema brasileiro de proteção social ao programa Bolsa Família, não é postura aceitável, nem em termos técnicos nem em termos éticos.[...] A partir de 2006, a política social passou a ter uma articulação positiva com a estratégia macroeconômica. A questão social foi eleita como um dos eixos do desenvolvimento. Conjugou-se, com êxito, estabilidade, crescimento econômico, elevação do emprego e renda e inclusão social.* (FAGNANI, 2011 p.35).

Os recursos despendidos pelo Bolsa Família, segundo dados dos ministérios governamentais do Brasil, são insuficientes para retirar a população da extrema pobreza. Ou seja, mesmo com todas as melhoras nos indicadores relativos à desigualdade social durante o período estudado, conclui-se que, "a questão da distribuição equitativa da renda e o combate à pobreza absoluta e a desigualdade social continuam a compor o topo da agenda de mudanças necessárias na América Latina". (GENNARI, A. M. 2013).

Outras políticas de desenvolvimento social também contribuíram, como a política de valorização do salário mínimo e geração de empregos. Concluímos com as palavras do mesmo autor acima, as ações positivas deste governo que resultou na queda dos níveis de pobreza:

[...] o mercado de trabalho apresentou melhoras sensíveis. Entre 2003 e 2011, a taxa de desempregou caiu pela metade (de 12,4% para 6%) e o rendimento mensal dos trabalhadores subiu 18%; e mais de 14 milhões de empregos foram

criados [...] o renda domiciliar per capita cresceu 23,5% em termos reais.[...] entre 2002 e 2011 o salário mínimo quase cresceu 66% em termos reais[...]a ampliação do mínimo (salário) ampliou a renda[...]isso também contribuiu para o crescimento do consumo interno, motor do recente crescimento interno [...] gasto social federal duplicou, em termos reais, entre 2000 e 2009 [...] o sexto núcleo da estratégia de desenvolvimento social foi a expansão dos programas de combate à pobreza, com destaque para o Bolsa Família. (FAGNANI 2011, p36 e 37).

Referências Bibliográficas:

ABEL-SMITH, B.; TOWNSEND, P. The poor and the poorest. In: ROUCH, J.; ROUCH, J. (Ed.). *Poverty – selected readings*. London: Penguin Books, 1972.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (AIBF II 2010 2ª RODADA), http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/AvaliacaodeImpactoProgramaBolsaFamiliaII.pdf

BALTAR, P. E. **Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira,** 2010 - GLOBAL LABOUR UNIVERSITY WORKING PAPERS.

BARROS, P. R., HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Cartilha Cidadania: **O principal ingrediente do Fome Zero**. Brasília, out. 2005.

BRITTO, T. **Brazil´s Bolsa Familia: understanding its origins and challenges.** In: International Poverty Centre. Cash Transfers. Lessons from Africa and Latin America. Poverty in Focus. Nº 15. Aug, 2008.

CASTRO, J.A. & MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços de desafios.** Vol. I e II, IPEA, Brasília, 2010

CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa.** IPEA, 2008.

COHN, Amelia. Programas **de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FERDERATIVA DO BRASIL DE 1988, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

CUNHA, R. e PINTO, B. **O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental para sua implementação,** 2008.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (**DIEESE) A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000** http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf

FAGNANI, E. **Política Social (1964-2002): entre a cidadania e a caridade.** Tese (doutorado). Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 2005.

FAGNANI, E. **A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica.** Texto para discussão nº 192. IE/Unicamp, 2011.

FILGUEIRAS, L. ; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FURTADO, C. ***Em busca de novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GENNARI, Adilson M. & ALBUQUERQUE, Cristina M. P. **Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no mundo contemporâneo: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GENNARI, A. M. **Globalização, desigualdade social e novas políticas sociais neoliberais na América Latina,** VII Congresso Internacional CEISAL Porto – Portugal - junho de 2013

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza.** Editora da Universidade de São Paulo, 1998a.

HOFFMAN, R. **Pobreza no Brasil, uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), jan./jun. 2006

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza rural no Brasil em 2003**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 10, maio 2005. Campinas, SP: Sociedade Brasileira de Economia Política, 24 a 27 de maio de 2005.

KERSTENETZKY, C. L. **Políticas Sociais: focalização ou universalização ?** Revista de Economia Política, vol. 26 nº 4. Out/dez 2006.

LANGONI, Carlos. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973

LAVINAS, L. **Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda *versus* investimento social.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2007, vol.12, n.6

MEDEIROS, M. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil**. Texto para Discussão, Nº 984. IPEA, Brasília, 2003.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: Contribuições para o debate.** Texto para Discussão n° 1.283. Brasília: IPEA, 2007

MENCHER, S. **The problem of measuring poverty**. In: ROUCH, J.; ROUCH, J. (Ed.). Poverty – selected readings. London: Penguin Books, 1972. p. 71-85.

MESQUITA, C. S. **O Programa Bolsa Família: Uma análise do seu impacto e alcance social.** 2007. 139 f. Dissertação (Mestre em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Pobreza e mudança social**. 2010.

Projeto Fome Zero. Instituto de Cidadania 3. versão, 2002.

ROCHA, S. **Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil.** Parcerias Estratégicas – Edição Especial Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), Brasília, nº 22, junho 2006.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROLIM, Cássio. **Construção de Indicadores de Pobreza**: Aplicação do Índice de Pobreza Municipal no Estado de Sergipe, revista econômica do nordeste, Fortaleza, V 37 n. 4, 2006.

ROWNTREE, J. **P*overty*: a study of town life**. London: Macmillan, 1901.

SANTOS, J. B. F. dos. Pobreza e exclusão social na América Latina**.** In: **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

SANTOS, W. G. ***Cidadania e justiça*. A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHWARTZMAN**,** S**. As causas da pobreza. Rio de Janeiro:** Ed. FGV, 2004.

SEN, A. K.**Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

SEN, A. Poor, relatively speaking. Oxford Economic Papers, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983.

Silva LIL. **Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse**. Brasília, Congresso Nacional, 1de janeiro 2003.

SOARES, S. ; SATYRO, N. **O programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras.** IPEA, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. In: Serviço Social- Direitos sociais e competências profissionais. EFSS/ABEPSS, 2009

Na internet:

www.dieese.org.br
www.ipeadata.gov.br
www.ibge.gov.br
www.mda.gov.br
www.mds.gov.br
www.pnud.org.br